



## ESCOLA, EDUCAÇÃO E TRABALHO NA CONCEPÇÃO DE ANTONIO GRAMSCI

FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira.

Eixo Temático: Didática: Cultura, Currículo e Saberes  
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

### Resumo

Este texto aborda os fundamentos epistemológicos de educação e de escola em Antonio Gramsci. Busca trazer uma coletânea de idéias deste autor tendo como “pano de fundo” a concepção de hegemonia, bem como colocar em evidência a proposta da *escola do trabalho* na perspectiva do poder dos trabalhadores traçada por Gramsci. Tem como objetivo principal fornecer subsídios teórico-práticos ao debate sobre hegemonia na visão educativa, ou seja, com foco na educação escolar. A história da humanidade mostra que tanto a situação de passividade das massas como a vontade coletiva que leva um grupo à ação, não é o resultado de uma simples somatória de desejos e comportamentos individuais orientado por um determinado interesse, mas, tem como pressuposto a existência de uma cultura coletiva. O alicerce sobre o qual se constrói a ação organizada é constituído de valores, de idéias, de um conjunto de percepções, de práticas e vivências coletivas cuja inter-relação tece no dia a dia uma identidade e uma visão de mundo comum à maior parte dos indivíduos que compõem um agrupamento social. Portanto, estudar de que forma a hegemonia está presente no contexto da escola através do trabalho desenvolvido por seus profissionais, desencadeia a necessidade da busca pela compreensão das relações humanas que se dão no interior da escola. Para tanto, este estudo pautou-se na perspectiva traçada por Gramsci no que diz respeito às características da escola e do trabalho humano em desvendar os mecanismos de sua produção, reprodução e superação, como também, em evidenciar, entre eles, os que constituem a base sobre a qual irá ser construída a identidade da classe trabalhadora e sua capacidade de se tornar classe dirigente.

**Palavras-chave:** Educação. Trabalho. Hegemonia. Escola.

### Introdução

A vivência do cotidiano faz com que as situações particulares, as crenças, às imagens, os valores, as categorias, as interpretações dos acontecimentos históricos ou das relações de poder presentes na sociedade, e até a própria linguagem, se articulem e desenvolvam expressões que reúnem as vontades dispersas dos indivíduos e sirvam de base para sua comunicação e prática diárias.

Neste enfoque, a história da humanidade mostra que tanto a situação de passividade das massas como a vontade coletiva que leva um grupo à ação, não são o resultado de uma simples somatória de desejos e comportamentos individuais orientado por um determinado interesse. O alicerce sobre o qual se constrói a ação organizada é constituído de valores, de idéias, de um conjunto de percepções, de práticas e vivências coletivas cuja inter-relação tece no dia a dia uma identidade e uma visão de mundo comum à maior parte dos indivíduos que compõem aquele agrupamento social.

Portanto, estudar de que forma a hegemonia<sup>1</sup> está presente na escola através do trabalho desenvolvido, na perspectiva traçada por Gramsci, significa penetrar num ambiente dinâmico onde a solidez das crenças populares é um elemento indispensável para a manutenção, o aprimoramento ou a superação de uma ordem social. Isto implica em delinear as características da escola, do trabalho humano, em desvendar os mecanismos de sua produção, reprodução e superação em evidenciar, entre eles, os que constituem a base sobre a qual irá ser construída a identidade da classe trabalhadora e sua capacidade de se tornar classe dirigente.

Essa tarefa, que não é fácil, porém torna-se indispensável na busca de estudar a realidade não só para compreendê-la, mas, sobretudo, para transformá-la.

## Hegemonia e visão de mundo

O pressuposto da análise gramsciana sobre hegemonia e trabalho está na constatação de que “não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual”.

Neste sentido, todo ser humano, levando em consideração sua complexa subjetividade, é um artista, um homem que possui gostos, um filósofo, é aquele que participa de uma

---

<sup>1</sup> Do livro: Gramsci e o Brasil de SECCO, L. (2002), a palavra hegemonia, do grego *gegemoniya* (direção), já era de amplo uso no movimento socialista europeu, no início do século XX, principalmente entre os russos. O termo foi utilizado na historiografia cientificista do século XIX, que valorizava a história política e diplomática, a essa utilização se estendeu à própria linguagem diplomática, embora fosse de origem militar: hegemonia significava, entre os gregos antigos, a direção suprema dos chefes dos exércitos, os *egemónes* (condutores). No universo conceptual do marxismo contemporâneo, é geralmente entendida como capacidade de uma classe, uma fração ou conjunto de frações de classe, um grupo social ou mesmo um partido tem de dirigir outros segmentos sociais e eventualmente oprimir ou liquidar aqueles que não aceitam pacificamente a sua direção. A hegemonia gramsciana é, por isso, um tipo de direção consensual sobre os que aceitam ou consentem, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se recusam, ou seja, os que extrapolam os meios de oposição considerados legítimos pelo grupo hegemônico. Em Gramsci, a hegemonia oscila entre dois sentidos: direção consensual ou exercício legitimado da força por meio do consenso. Entretanto, a hegemonia não se resume a uma dominação ideológica ou mesmo política, mas se refere à relação orgânica que um grupo político mantém com uma *classe fundamental* (o que, em linguagem gramsciana, significa uma classe que exerce uma função decisiva no mundo da produção material).

concepção de mundo, possui uma linha de conduta moral, contribui com idéias e opiniões. Tudo isso leva a um caminho que direciona para manter ou para modificar uma visão de mundo, portanto promove novas maneiras de pensar.

De acordo com Gennari (1997), baseando nos escritos de Gramsci, coloca que todos os seres humanos mesmo não sendo filósofos profissionais e não desempenhando na sociedade a função de intelectuais, pensam a realidade que os rodeia e as relações que nelas se fazem presentes pelo menos a partir dos limites e das características da “filosofia espontânea”. A filosofia espontânea, que é o único instrumento teórico com o qual o povo simples interpreta o passado e o presente, orienta sua ação cotidiana e projeta seus anseios para o futuro, reúne de forma acrítica, desordenada e contraditória uma mistura de elementos que incorporam os mais variados aspectos das concepções de mundo, presentes e passadas, de todos os setores sociais.

Aspectos esses, que incluem desde as formas e expressões mais primitivas da vida em sociedade aos mais modernos princípios das ciências, dos preconceitos que foram se desenvolvendo a nível local, até mesmo alguns traços dos grandes sistemas filosóficos passados e contemporâneos, mesclando assim, ao mesmo tempo, convites implícitos à resignação e à paciência com estímulos a tomar consciência de que os acontecimentos têm uma explicação racional.

Assim, se é verdade que podemos encontrar elementos característicos na concepção da vida e do ser humano de cada camada social, é também verdade que estes elementos não constituem um todo estático, imóvel, ao contrário, transformam-se e enriquecem-se continuamente apropriando-se de aspectos das ciências e das opiniões filosóficas que penetram nos costumes da época. O resultado dessa apropriação é refletido diretamente na linguagem dos indivíduos ou dos agrupamentos humanos, e a partir dela é possível avaliar a maior ou menor complexidade de suas concepções de mundo. (GENNARI, 1997, p.4)

As concepções de mundo, por sua vez, nascem, consolidam-se e desenvolvem-se a partir do entrelaçar-se das relações nas quais os indivíduos, ou os agrupamentos humanos, já estão inseridos (é o caso, por exemplo, do ambiente familiar, do peso das tradições locais, da realidade política, econômica e cultural do lugar onde o indivíduo nasceu e na qual foi formado), e das que eles tecem e desenvolvem na sociedade.

Isto significa que toda concepção de mundo é ao mesmo tempo expressão das relações de produção dominantes num dado agrupamento humano e da ordem por elas estabelecida, de

um determinado grau de reflexão pessoal e coletiva sobre a realidade por elas criada, e um dos fatores que a cada momento tende a consolidar, atualizar ou superar os limites dessa ordem. Ou seja, para Gramsci, ““o ser humano deve ser concebido como bloco histórico de elementos puramente individuais e subjetivos e de elementos de massa objetivos ou materiais com os quais o indivíduo tece uma relação ativa””.<sup>2</sup>

Portanto, o núcleo a partir do qual se formam e desenvolvem-se as concepções de mundo é constituído pelas relações sociais de produção existentes na sociedade. Relações que, por sua vez, são os pilares de uma ordem que deve ser fortalecida, transformada, ou simplesmente, aprimorada por parte dos setores dominantes de uma sociedade. Para que esta mesma ordem ganhe estabilidade, é fundamental que seus valores, categorias e representações organizem e orientem a vida cotidiana das massas populares, alimentem sua percepção dos processos e acontecimentos históricos, tornem-se senso comum, levem a elaboração de normas de conduta e à formação de uma vontade coletiva conformada e integrada a partir das necessidades dos próprios grupos dominantes.

Assim colocado, pode-se afirmar que a visão de mundo que é gestada e desenvolvida a partir desses elementos não impede que indivíduos e agrupamentos humanos incorporem a ela seus afetos, paixões, interesses individuais e coletivos, anseios, sua leitura peculiar dos acontecimentos e das próprias relações presentes na sociedade. (GENNARI, 1997)

Considerando que a visão de mundo é construída num movimento contraditório entre coerção imposta pelas necessidades de sobrevivência, e que, conseqüentemente, gera no homem sentimentos de impotência, medo, submissão ou até de dívida de gratidão, a busca de liberdade se faz constante, com o intuito primeiro de reafirmar a subjetividade dos indivíduos negada pela ordem dominante. Ainda assim, não se pode esquecer que esse conjunto de percepções e vivências particulares, apesar de serem expressão da subjetividade dos indivíduos e gerarem práticas de resistência, são elaboradas a partir de uma personalidade educada culturalmente pelas relações sociais que os rodeiam e que, portanto, por si só, não levam à destruição da ordem vigente à qual tendem a conformar-se a partir do momento em que são parcialmente superadas as razões que lhes deram origem. (GENNARI, 1997, p. 24)

Contribuindo para uma melhor compreensão sobre o assunto, Schlesener (2001), ao abordar a questão da hegemonia na visão de Gramsci, afirma que:

---

<sup>2</sup> Cadernos do Cárcere, p. 1338.

O exercício da hegemonia assume conotações diferentes a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções com base na organização do Estado e do papel mais ou menos coercitivo e intervencionista da sociedade política, e ainda do processo de conscientização política das classes dominadas; a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil. (SCHLESENER, 2001 , p. 19)

Nesta concepção, a hegemonia é o exercício do poder por meio do equilíbrio entre a dominação e a coerção, considerando também o equilíbrio entre direção e consenso. Assim, Gramsci dá importância à sociedade civil (escola, igreja, universidades, sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação, entre outros) para a construção de uma consciência crítica, levando a classe trabalhadora a formar um senso ativo a partir de um amplo debate.

Gramsci defende a moral de compromissos e não a de princípios. A moral de compromissos é aquela construída nas relações históricas, onde o homem age e ao mesmo tempo é responsável em responder suas questões. Segundo a concepção gramsciana, em determinados momentos é preciso abstrair os acontecimentos de forma didática, mas sem perder de vista a forma dialética de explicar os fatos.

A luta por uma nova hegemonia é também uma luta por uma nova forma de pensar. Romper com o modo homogêneo de pensar (aquele onde os indivíduos e as massas populares pensam o cotidiano e sua intervenção na sociedade nos limites traçados pelos valores, categorias e representações elaboradas pela concepção de mundo das classes dominantes), é um dos objetivos essenciais de luta pela formação de um *consenso ativo*<sup>3</sup> da classe trabalhadora, na medida em que a ação dessa classe e as particularidades de sua visão de mundo construam uma ameaça às bases de sustentação do sistema vigente, contrariando o *consenso passivo*<sup>4</sup>.

### **Escola, educação e trabalho: o pensamento gramsciano**

---

<sup>3</sup> Consenso ativo é criado a partir do debate efetivo das idéias e do convencimento coletivo em relação ao debate, discussão. Supera os limites da discussão parlamentar (aquela que já está decidida e não debatida).

<sup>4</sup> Consenso passivo, segundo Gramsci, é aquele que vem de cima para baixo, restando somente cumprir a ordem imposta.

A educação, processo de formação do homem na sociedade capitalista se faz no processo de convivência social, ensinando e aprendendo, não só na escola, mas, sobretudo, na vida. Conforme o pensamento gramsciano a educação é um processo contínuo e a escola uma via fundamental para a realização de uma educação humana que considere a disciplina no agir, onde o indivíduo aprende na medida em que faz escolhas. E essas escolhas o modificam e modificam outras coisas.

De acordo com Schlesener (2002), o problema da escola era um dos problemas essenciais da sociedade italiana e precisava ser enfrentado com profundidade pelo Partido Socialista. Coloca a autora, considerando os estudos de Gramsci, que uma das medidas para a solução do problema da escola seria minimizar a participação do Estado na condução da política escolar, instaurando mecanismo do concurso para a admissão de funcionários administrativos, ou melhor, realizando uma reforma do sistema administrativo.

É importante salientar que não se tratava de estimular a iniciativa privada na educação, visto que Gramsci questionava as pretensões do clero de aproveitar a proposta de liberdade de ensino para ampliar seu domínio no campo do ensino escolar. (SCHLESENER, 2002, p.68)

Dado este enfoque, Gramsci propôs a “escola do trabalho”, uma proposta de escola que formasse a nova geração de produtores, ou melhor, a preparação de técnicos que não fossem apenas executores mecânicos, mas que dominassem a sua arte ao adquirir o saber sobre a técnica, seus limites e possibilidades.

A escola do trabalho defendida por Gramsci tinha características especiais: supunha não só a formação para o trabalho, mas a possibilidade da elaboração de uma cultura autônoma, bem diversa da cultura burguesa. Para os trabalhadores, o desejo de aprender surgia de uma concepção de mundo que a própria vida lhes ensinava e que eles sentiam necessidade de esclarecer para atuá-la concretamente. (SCHLESENER, 2002, p.69)

Neste sentido, a escola deveria contribuir para a concretização de uma unidade viva entre teoria e prática, elemento este que a escola burguesa, pela sua característica e função na sociedade capitalista, não podia proporcionar aos trabalhadores. No entanto, a escola deveria respeitar a individualidade do aluno no sentido de que ela é fruto de uma interação entre indivíduos e a entre estes com a natureza. Analisando este contexto, se faz presente uma

*relação orgânica*, produzida por interação e não por justaposição. Da mesma forma a relação do homem com a natureza se dá pelo trabalho e pela técnica, além do conhecimento industrial se faz presente o conhecimento filosófico e científico, a técnica é a expressão desse conhecimento.

No seu livro “Concepção Dialética da História” (1995, p. 39 -50), Antonio Gramsci faz uma diferença entre *individualidade* e *personalidade*. Onde esta se constrói pela consciência e pelo agir do homem a partir das circunstâncias, através da tomada de consciência das relações do que o limita ou o liberta. Assim, a ética em Gramsci, diz respeito à compreensão da relação da formação do indivíduo no percurso da própria ética na política, ou seja, os princípios são postos a partir do envolvimento do sujeito no contexto social, num compromisso constante com a sociedade.

Então, neste contexto, se tem uma outra idéia de educação, entendendo que a educação se faz no foco de duas leituras: a leitura da sociedade política e a leitura da sociedade civil. Para Gramsci essas leituras são um conjunto de dois espaços do Estado. No ponto de vista liberal, a sociedade política e civil são separadas, e para Gramsci não há essa divisão, pois ele fala que o Estado é o principal educador.

Sendo assim, de acordo com a visão gramsciana, a educação, no âmbito da sociedade política, se faz pela coerção, e, no âmbito da sociedade civil, a educação se faz pela cultura, escolas, família, universidades, entre outros. Diante disso, Gramsci defende uma escola do trabalho e não uma escola burguesa. Afirma que economia e política estão sempre relacionadas. A educação, portanto, tem que ter o vínculo com a prática, se fazer a partir da ação e da compreensão mais abrangente de mundo (processo histórico).

Dado este enfoque, faz-se necessário afirmar que num processo de organização política (estrutura do Estado), o conhecimento é poder porque modifica, e a hegemonia intelectual é a luta por uma nova ordem social. Possuindo assim, como núcleos de discussão, a análise das sociedades política e civil, onde a Escola se faz presente em ação e decisão para a formação humana.

Nosella (1992) contribui dizendo que o interesse de Gramsci para as questões culturais formativas era motivado e orientado pela objetiva preocupação de preparar os quadros dirigentes que haveriam de governar o novo Estado Proletário. Pensava então, em formar pessoas de visão ampla, complexa, porque governar é uma função difícil.

Ainda sobre a formação cultural das massas, abre-se a polêmica em defender as atividades formativo-culturais para o proletariado<sup>5</sup> em geral, mas Gramsci rejeita a idéia de formá-lo dentro de uma cultura abstrata, enciclopédica, burguesa, que efetivamente confunde as mentes trabalhadoras e dispersa sua ação. (NOSELLA, 1992, p.15) Entende-se que para Gramsci todos os esforços para a concretização da sociedade comunista seriam válidos de forma que no devir histórico passaria de uma condição de desigualdade social para um estado de igualdade de condições, sem distinção de classes, sem diferenças entre governantes e governados, já que tal sociedade caminhava para uma situação onde todos estariam capacitados para serem dirigentes.

Gramsci destaca ainda que a escola unitária deveria ser organizada de forma que tivesse vida coletiva diurna e noturna, onde o estudo fosse feito coletivamente, sob a assistência dos professores e dos melhores alunos, mesmo nos momentos de estudo individual. Destaca também que na última fase da escola unitária, a mesma seria concebida como decisiva, e também como tendência de criar valores fundamentais do humanismo, da autodisciplina intelectual e da autonomia moral necessárias à posterior especialização, seja ela de caráter científico (estudos universitários), ou de caráter imediatamente prático-produtivo (indústria, burocracia, organização comercial, etc). (GRAMSCI in HISTORIA & PERSPECTIVAS, 1991).

Assim, o estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida devem começar nesta última fase da escola e não deve ser monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática, devendo contribuir para desenvolver a responsabilidade autônoma nos indivíduos, portanto, deve ser uma escola criativa. Gramsci explicita que escola criativa vem a ser o coroamento da escola ativa sendo que na primeira fase tende-se a disciplinar, e também a nivelar, a obter certa espécie de conformismo que pode ser chamado de dinâmico; na fase criativa, sobre a base já atingida da coletivização, do tipo social, tende-se a expandir a personalidade, tornada autônoma e responsável, mas com uma consciência moral e social sólida e homogênea.

Desta forma escola criativa não significa escola de inventores e descobridores, ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um programa predeterminado que obrigue a inovação e à originalidade a todo custo.

---

<sup>5</sup> Proletariado é uma das duas principais classes sociais do capitalismo. De acordo com TUMOLO, (2002), tendo em vista duas das contradições básicas do movimento do capital, a saber, a concorrência intercapitalista – expressão da divisão social do trabalho no capitalismo – e a contradição entre duas classes sociais fundamentais, burguesia e proletariado – materializada na divisão do trabalho na empresa capitalista -, o desenvolvimento das forças produtivas se torna o fator decisivo e fundamental no processo de produção capitalista.



Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, onde o professor exerce apenas a função de guia amigável, tal como ocorre ou deveria ocorrer na universidade. (GRAMSCI in HISTORIA & PERSPECTIVAS, 1991 p. 154).

É por este caminho, entretanto, que ao incorporar as experiências e vivências cotidianas na escola e na educação em geral, que o homem começa a romper co sua integração, ativa ou passiva, à ordem dominante. Seria essencial então fazer-lhe perceber que somente transformando o mundo que o rodeia e as relações que nele estão presentes, ele (o homem) venha a potencializar e desenvolver sua própria individualidade. Em outras palavras, trata-se de fazer com que o indivíduo tome consciência de que a sua individualidade só pode se realizar na medida em que sua ação altera as relações com o mundo externo, alcançando, progressivamente, níveis cada vez mais amplos superando o estágio individual.

De fato, ao considerar as relações com o mundo num equilíbrio à sua individualidade, o homem interpreta tais relações através do bom senso implícito nas formas de defesa e resistência frente à ordem dominante. E como afirma Gennari:

[...] a percepção primária da exploração e dos nexos de causalidade dos acontecimentos históricos, apenas constituem o núcleo sadio do senso comum, por si só, não reúnem condições suficientes para levar a classe trabalhadora a romper com sua situação de subalternidade. (GENNARI, 1997, p. 36)

Assim sendo, na percepção de Gramsci sobre o proletariado, o mesmo necessita de uma escola humanista, culta, ativa, aberta, livre como o melhor espírito Renascentista. Uma escola que dê à criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade. (GRAMSCI, in NOSELLA, 1992, p. 20).

## Concluindo

Muito se tem discutido sobre os estudos e escritos de Antonio Gramsci atualmente, que, com toda a certeza, vêm esclarecer conceitos bastante complexos sobre hegemonia, trabalho intelectual, sociedade civil, Estado, entre muitos outros. As contribuições desse autor são de extrema relevância para o meio acadêmico e para os profissionais da educação.

Tentou-se através deste artigo, abrir questões para o debate contínuo sobre o assunto explanado, que, resumidamente não teve a pretensão de se esgotar aqui. A abertura para essas leituras e discussões, de um modo geral, aponta para uma forma de compreender a educação numa direção de emancipação social, cultural, política e econômica.

Entretanto, não é difícil perceber que um tema recorrente nessas discussões é a questão do conhecimento e sua relação com a educação política. E, de certa forma, Gramsci escreve a história das “classes subalternas”, uma história que vai na “contramão” da história burguesa. O autor acredita que o antagonismo de classes pode ser superado se o intelectual orgânico agir, e, na sua ação crítica, a transformação pode ser feita.

Gramsci dá ênfase ao intelectual moderno, pois o mesmo está ligado ao processo hegemônico de emancipação humana, na medida da reflexão e compromisso com a ação, em contra partida ao intelectual tradicional que trabalha a teoria sem a prática. Portanto, questiona-se: Quais são os limites máximos da acepção de um intelectual? Assim, pode-se afirmar, considerando a concepção gramsciana, que todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais.

Nos seus escritos Gramsci sempre retorna à *organicidade*, a qual é interpretada como movimento, relação dinâmico-crítica. Neste contexto, a escola é vista como a via para a formação do processo de pensar, mas um pensar crítico, que, consequentemente, proporcionará uma formação crítica/humanitária.

Ao propor a escola do trabalho, Gramsci reforça a escola de qualidade para todos e afirma que ainda a cultura e a escola é um privilégio para poucos e esse quadro precisa, urgentemente, ser mudado. Todos os jovens deveriam ser iguais em relação à cultura e o Estado não deve pagar com o dinheiro de todos a escola para os medíocres, filhos dos abastados, enquanto exclui os inteligentes e capazes, filhos dos proletários.

A recepção das idéias de Gramsci consolidou-se de fato, de acordo com Secco (2002), na conjuntura que se abriu nos meados dos anos sessenta, quando os primeiros livros do autor

foram editados. No Brasil, aproximadamente desde 1975, é que houve uma grande procura pelas obras de Gramsci, ele se tornou referência na historiografia, pedagogia, religião, jornalismo, estudos literários etc. Mas, em 1965 a Editora Civilização Brasileira lançou o primeiro volume dos Cadernos do Cárcere. A tradução foi feita por Carlos Nelson Coutinho com base no original italiano: *II Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce* da Editora Einaudi.

Antonio Gramsci, sem dúvida, é hoje um clássico não só do marxismo, mas do pensamento político, pois revelou, através de sua luta política um projeto de sociedade baseado na filosofia da práxis humana, contribuindo, ao longo de sua trajetória, com sua crítica real à filosofia e visão de mundo burguesas. Também, deixou marcadamente forte a vontade (social) de consolidar a hegemonia de uma nova ordem social, na qual já vinha sendo construído um novo homem coletivo capaz de gerir a sociedade em todos os seus aspectos e de intervir diretamente nela, com toda a sua força política.

E para finalizar, Gramsci disse não à lógica do lucro, da competição, da obsessão pela posse e pelo consumo, elementos esses próprios do individualismo burguês, e disse sim à solidariedade, ao atendimento às necessidades de todos e priorizou a escola e a educação popular como via de conhecimento significativo, útil à sociedade e à formação humana em geral.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (org.) **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GENNARI, E. **Senso comum e bom senso na construção do poder dos trabalhadores**. NEP: Núcleo de Educação Popular. São Paulo, 1997.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, A. Caderno 12 – Documento Especial In **Historia & Perspectivas** nº. 5. Uberlândia – U.F. Uberlândia, 1991.

MARX, K. **Salário, preço e lucro**. Trad. Paulo Ferreira Leite. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2002.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SECCO, L. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias.**

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci.** 2. ed. Curitiba: UFPR, 2001.

SCHLESENER, A. **Revolução e cultura em Gramsci.** Curitiba: UFPR, 2002.

TUMOLO, P. S. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação & Sociedade**, n. 82. Campinas: CEDES, 2003.